

Mineração

Atualizações do setor | Julho - 2026

Este boletim é um informativo da área de **Mineração** de TozziniFreire Advogados.

MINERAÇÃO NO BRASIL

Lançamento do Plano Nacional de Mineração 2050

Em 2 de julho de 2026, o Ministério de Minas e Energia (MME) apresentou ao Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) o Plano Nacional de Mineração 2050 (PNM 2050), com horizonte de 25 anos. Entre as metas do PNM 2050 estão: elevação da participação brasileira na produção mundial de minerais críticos; ampliação da participação da transformação mineral no PIB setorial; redução da dependência

externa de fósforo e potássio; ampliação do investimento privado em pesquisa mineral; e redução do prazo médio de análise de processos minerários. O PNM 2050 prevê um Plano de Metas e Ações em 180 dias. Trata-se de instrumento de planejamento sem eficácia normativa direta, mas que tende a orientar a agenda regulatória da ANM e as prioridades de outorga e fomento.

Consulta pública sobre o PAN-MAPE de Ouro

Pela Portaria MME nº 926/2026, de 9 de julho de 2026, foi submetida a consulta pública da minuta do Plano de Ação Nacional para a Mineração Artesanal e em Pequena Escala de Ouro, voltada à formalização da atividade garimpeira, à redução do uso de mercúrio e ao reforço da fiscalização, em linha com a Convenção de Minamata sobre Mercúrio. O tema antecipa a agenda regulatória sobre Permissão de Lavra Garimpeira - PLG, rastreabilidade e aquisição de ouro, matéria correlata ao PL nº 3.025/2023.



IBRAM propõe à Fazenda adaptação do modelo canadense de flow-through shares

Em reunião noticiada em 20 de julho de 2026, o IBRAM apresentou ao Ministério da Fazenda (MF) proposta de adaptação do mecanismo canadense de *flow-through shares*, pelo qual empresas de exploração transferem aos investidores as deduções fiscais geradas por despesas qualificadas de pesquisa mineral. O diagnóstico subjacente é a assimetria do mercado de capitais nacional: 5 mineradoras listadas no Brasil, contra ao menos 83 companhias brasileiras captando no exterior, sobretudo no Canadá e na Austrália — assimetria quantificada na seção de M&A. Eventual adoção alteraria substancialmente a modelagem societária e tributária de veículos de exploração. Propostas legislativas correlatas: PLs nºs 5.424/2023 e 4.975/2023.

Sigma Lithium inicia negociação de TAC com Minas Gerais

Em 21 de julho de 2026, a Sigma Lithium iniciou negociação de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Estado de Minas Gerais, após notificação da unidade regional da SUPRAM no Vale do Jequitinhonha, com multas de aproximadamente US\$ 540 mil. A companhia concordou com a celebração do acordo e com o pagamento das penalidades — não exigíveis antes de 120 dias —, tendo apresentado defesa técnica perante a FEAM.





Plano Brasil Soberano 3 inclui o setor mineral entre os beneficiários

Em 22 de julho de 2026 foram publicadas a Lei nº 15.473/2026 e a Medida Provisória nº 1.379/2026, esta instituindo a terceira rodada do Plano Brasil Soberano, com linhas de crédito subsidiadas que somam R\$ 18,5 bilhões — sendo R\$ 13,5 bilhões oriundos do Tesouro Nacional e R\$ 5 bilhões do BNDES. O rol de elegíveis passou a alcançar expressamente exportadores de recursos minerais e seus fornecedores, além de setores estratégicos.

Brasil e Coreia do Sul firmam cooperação em minerais críticos

Em 27 de julho de 2026, por ocasião da visita de Estado do Presidente da Coreia, os dois governos anunciaram acordo de cooperação em minerais críticos, abrangendo atuação conjunta ao longo da cadeia de suprimentos, e criaram grupo de trabalho para retomar as negociações de acordo comercial entre o Mercosul e a Coreia do Sul. Na mesma data, a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a estatal Korea Mine Rehabilitation and Mineral Resources Corporation (KOMIR) celebraram memorando de entendimento, com agenda de cooperação em regulação, gestão de recursos minerais, recuperação de áreas mineradas e fechamento de minas, e previsão de Grupo de Trabalho Conjunto.

Regulamentação da PNMCE: critérios de submissão de operações ao CIMCE

Noticiou-se em 28 de julho de 2026 que ala do Governo Federal defende que a regulamentação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) fixe critérios objetivos de submissão de operações ao Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE): valor mínimo da operação e faixas de faturamento, risco de concentração de mercado, impacto sobre o abastecimento interno e vinculação do

adquirente a governos estrangeiros. Cogita-se permitir que qualquer integrante do colegiado provoque a análise de operação abaixo dos limites, se houver indícios de risco ao interesse nacional. O texto aprovado pela Câmara prevê participação do CIMCE na triagem e homologação de mudanças de controle societário, reorganizações e determinados contratos internacionais, sem fixar limites.

Decreto sobre classificação de cavidades naturais subterrâneas em vias de publicação

Apurou-se em 29 de julho de 2026 que o decreto que altera a metodologia de classificação de cavidades naturais subterrâneas teve o texto final cancelado pelos Ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente e Mudança do Clima e Transportes, encontrando-se instruído na Casa Civil e pendente apenas de assinatura presidencial. Estima-se que a medida possa viabilizar o aproveitamento de até 6 bilhões de toneladas de minério, sobretudo ferro e calcário, apontando-se como principais

beneficiárias Vale, Gerdau, Anglo American e Votorantim.

A minuta aperfeiçoa a aferição dos graus de relevância das cavidades e, sobretudo, institui prazo para manifestação dos órgãos licenciadores — cogitando-se 30 dias para o ICMBio —, além de disciplinar as cavidades oclusas; atualmente, a ausência de prazo tem gerado paralisação de empreendimentos por período indeterminado.

Mudança na Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Em 31 de julho de 2026, a Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República exonerou, a pedido, Ana Paula Lima Vieira Bittencourt do cargo de Secretária Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia. Assume interinamente a Secretaria Anderson Barreto Arruda, diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral, que já vinha exercendo a função de Secretário Nacional substituto. Segundo o Ministério, a saída decorreu de compromissos e projetos pessoais; a ex-secretária, procuradora da Fazenda Nacional de carreira, foi nomeada em junho de 2025, após período à frente da pasta em caráter interino.



PRAZOS E OBRIGAÇÕES

CFEM — desde 7 de julho de 2026, por força da Resolução ANM nº 241/2026, a emissão das guias ocorre exclusivamente pela Plataforma de Gestão de Recursos Minerais (PGRM). Mantido o prazo de recolhimento (último dia útil do segundo mês subsequente ao fato gerador).

Barragens (ZAS) — por deliberação da diretoria colegiada de 29 de julho de 2026, o prazo de adequação às exigências da Resolução ANM nº 220/2025 quanto à permanência de trabalhadores em Zona de Autossalvamento passou de 2027 para 31 de dezembro 2029. Aguarda-se a publicação do ato formalizador.

MP nº 1.379/2026 — emendas até 10 de agosto de 2026; regime de urgência a partir de 5 de setembro de 2026; vigência inicial até 19 de setembro de 2026, prorrogável nos termos do art. 62, § 7º, da Constituição Federal.



GEOPOLÍTICA DOS MINERAIS CRÍTICOS E ESTRATÉGICOS

Estados Unidos — Ordem Executiva nº 14.415 sobre cadeias de suprimento de defesa

Assinada em 20 de julho de 2026 e publicada no Federal Register em 23 de julho de 2026, a Ordem Executiva nº 14.415 restringe as hipóteses de *waiver* para aquisição de materiais críticos oriundos de *covered nations* (China, Rússia, Irã e Coreia do Norte), nos termos do 10 U.S.C. § 4872. A partir de 1º de janeiro de 2027, o *waiver* exigirá plano de mitigação aprovado, com identificação da fonte não conforme, documentação de esforços exaustivos de busca de alternativas e cronograma vinculante de

eliminação do fornecedor; a alegação genérica de indisponibilidade doméstica deixa de ser suficiente. A Ordem determina, ainda, ação regulatória para exigir mapeamento das cadeias designadas até a origem das matérias-primas, alcançando fornecedores de níveis inferiores. Para clientes brasileiros integrados a cadeias de defesa norte-americanas, cria demanda por rastreabilidade documental de origem e abre oportunidade de qualificação como fonte de país parceiro.

China — inclusão de 14 entidades da União Europeia na lista de controle de exportações

Em 24 de julho de 2026, o Ministério do Comércio da China (MOFCOM) editou o Anúncio nº 30/2026, incluindo 14 entidades sediadas na União Europeia em sua lista de controle de exportações, com eficácia imediata. O ato proíbe operadores chineses de fornecer itens de uso duplo (produtos, tecnologias, softwares ou materiais desenvolvidos originalmente para fins comerciais civis, mas que possuem características técnicas que permitem

sua aplicação militar, na fabricação de armas convencionais ou na proliferação de armas de destruição em massa) às empresas listadas; veda a organizações e pessoas estrangeiras a transferência de itens de uso duplo de origem chinesa a tais entidades, inclusive por meio de terceiros países; determina a suspensão imediata das operações em curso; e preserva canal de licenciamento excepcional.

LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Norma	Data	Objeto e relevância jurídica
Súmula ANM nº 16/2026	02/07/2026	Uniformiza o entendimento da ANM quanto à apresentação da licença ambiental nos requerimentos de concessão de lavra. Uniformiza a interpretação da ANM sobre a aplicação do art. 31, §4º, do Regulamento do Código de Mineração (Decreto nº 9.406/2018) .
Resolução ANM nº 241/2026	Vigência a partir de 07/07/2026	Nova disciplina de emissão e recolhimento da CFEM, com revogação integral da Portaria DNPM nº 311/2005. Emissão de guias exclusivamente pela PGRM, com autenticação gov.br (Prata ou Ouro) e vínculo do usuário ao CPF/CNPJ do titular. Consolida atualização monetária (IPCA-15), multa de mora (0,33% ao dia, limitada a 20%) e juros (Selic). Passa a exigir declaração de estruturas minerárias e modais logísticos, com reflexo na distribuição da CFEM aos municípios afetados (Lei nº 13.540/2017).
Portaria MME nº 926/2026	09/07/2026	Submete à consulta pública a minuta do PAN-MAPE de Ouro (formalização da atividade, redução do uso de mercúrio e reforço da fiscalização). Sem efeitos imediatos; indicativo da futura agenda regulatória sobre PLG e rastreabilidade da cadeia do ouro.
Deliberação ANM nº 640/2026 (de 13/07/2026)	16/07/2026	Prorrogação excepcional, até 31/07/2026, das obrigações vencidas entre 21/06 e 13/07/2026 cujo cumprimento dependa exclusivamente do acesso ao SIGBM, indisponível no período — inclusive a DCO do PAEBM. Mantidos os demais requisitos da Resolução ANM nº 95/2022 e as sanções de embargo ou suspensão.



PROJETOS DE LEI

PL nº 4.975/2023 — Ações da Atividade de Pesquisa Mineral (APEM)

Objeto: De autoria da Deputada Laura Carneiro (PSD/RJ), cria a classe de Ações da Atividade de Pesquisa Mineral (APEM) e permite a dedução, no Imposto de Renda, de parte dos valores investidos em empresas dedicadas à pesquisa mineral.

Tramitação: Manteve-se, ao longo de julho de 2026, sob relatoria do Deputado Sidney Leite (PSD/AM) na Comissão de Minas e Energia (CME), aguardando parecer do relator.

PL nº 5.424/2023 — Incentivos ao Investimento em Pesquisa Mineral

Objeto: De autoria do Deputado Zé Silva (Solidariedade/MG), estabelece normas de incentivo ao investimento em pesquisa mineral no Brasil.

Tramitação: A ficha de tramitação da Câmara indica status de “aguardando designação de relator” na Comissão de Minas e Energia (CME).



PL nº 957/2024 — Alteração do Código de Mineração

Objeto: De autoria do Deputado Filipe Barros (PL/PR), altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227/1967 (Código de Mineração) e das Leis nº 6.567/1978 e nº 7.805/1989, transferindo à Agência Nacional de Mineração (ANM) a competência para autorizar, conceder e permitir atividades de lavra, e disciplinando o aproveitamento de rejeitos, estéril e material de baixa qualidade.

Tramitação: O regime de urgência foi aprovado pelo Plenário da Câmara em 03/06/2026, por 311 votos a 135, sob relatoria do Deputado Joaquim Passarinho (PL/PA), que também conduzirá a matéria em Plenário.

PL nº 2.780/2024 — Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e criação do CIMCE

Objeto: De autoria do Deputado Zé Silva (Solidariedade/MG), institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE).

Tramitação: Aprovado pela Câmara e remetido ao Senado, permaneceu sem relator designado em julho de 2026, com articulações

em curso para a escolha entre nomes como os Senadores Eduardo Braga (MDB/AM) e Nelsinho Trad (PSD/MS). Estão pendentes de apreciação o Requerimento nº 365/2026, da Senadora Roberta Acioly (PL/AL), que solicita tramitação conjunta com o PL nº 2.210/2021, e o Requerimento nº 506/2026, de líder, que solicita urgência para a matéria.



PL 4.443/2025 — Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos

Objeto: De autoria do Senador Renan Calheiros (MDB/AL), institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), com a criação da Lista Brasileira de Minerais Críticos e Estratégicos (LBMCE) e de instrumentos de incentivo à pesquisa, lavra, beneficiamento e transformação mineral.

Tramitação: Em 14 de julho de 2026, a Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado pautou para votação terminativa o parecer

do relator, Senador Wilder Moraes (PL/GO), que incorporou parte dos instrumentos regulatórios do PL nº 2.780/2024, embora com menor grau de interferência estatal. A votação foi adiada após pedido de vista dos Senadores Rogério Carvalho (PT/SE) e Laércio Oliveira (PP/SE), sem data de retorno à pauta definida até o encerramento do mês.



OPERAÇÕES DE M&A E FINANCIAMENTOS

Goldgroup e Gold Resource; Summit Royalties e Star Royalties

Em 2 de julho de 2026, os acionistas da Goldgroup Mining Inc. (TSXV: GGA) e da Gold Resource Corporation (NYSE American: GORO) aprovaram fusão de negócios.

Critical Metals Corp. e European Lithium aditam o Scheme Implementation Deed

Em 3 de julho de 2026, a Critical Metals Corp. (Nasdaq: CRML) e a European Lithium Limited (ASX: EUR) celebraram amendment deed ao Scheme Implementation Deed que rege a aquisição proposta, alterando mecanismos de implementação e preservando os termos comerciais acordados. A adquirente detém o projeto de terras raras Tanbreez, na Groenlândia.



CSN Mineração amplia programa de recompra de ações

Em 27 de julho de 2026, o Conselho de Administração da CSN Mineração S.A. (B3: CMIN3) aprovou aditamento ao programa de recompra de 19 de maio de 2026, acrescentando até 50 milhões de ações ordinárias e elevando o limite para até 100 milhões. Prazo

inalterado, com término em 19 de novembro de 2027. As ações serão mantidas em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento, sem obrigação de aquisição da totalidade do limite.

Meteoric Resources e POSCO International — Projeto Caldeira (MG)

Celebrado em 27 de julho de 2026 e divulgado em 29 de julho de 2026, o Memorando de Parceria Estratégica entre a Meteoric Resources NL (ASX: MEI) e a POSCO International prevê o fornecimento de até 30% da produção de terras raras do Projeto Caldeira, na forma de carbonato misto, por até sete anos, com precificação referenciada no Asian Metal Index e possibilidade de negociação de pisos de preço. Contempla, ainda, eventual investimento acionário da POSCO na Meteoric, apoio ao financiamento mediante acesso a agências de crédito à exportação sul-coreanas (KEXIM e K-SURE) e cooperação tecnológica para etapas subsequentes da

cadeia no Brasil. O instrumento é não vinculante e sujeito a diligência, aprovações internas e documentação definitiva; o estudo de viabilidade é esperado para 2026 e a decisão final de investimento para 2027.

A operação deverá observar o marco regulatório em construção: eventual aquisição de participação relevante por investidor estrangeiro em titular de direitos minerários sobre minerais críticos poderá submeter-se à triagem do CIMCE, e os compromissos de exportação de carbonato misto poderão ser afetados pela discussão sobre tributação de produtos com baixo grau de beneficiamento.

American Tungsten & Antimony adquire a Del Sol Refinery (EUA)

Em 28 de julho de 2026, a American Tungsten & Antimony Limited (ASX: AT4; OTCQB: ATALF) celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição da Del Sol Refinery, em Nevada, mediante

contraprestação em caixa e ações. A operação integra estratégia de verticalização da cadeia doméstica de antimônio e tungstênio, alinhada às prioridades federais de sourcing doméstico para defesa.

Zijin Gold e Allied Gold: extinção do arrangement e conversão em investimento minoritário

Em 29 de julho de 2026, a Allied Gold Corporation (TSX/NYSE: AAUC) e a Zijin Gold International comunicaram a extinção do arrangement agreement de 26 de janeiro de 2026, pelo qual a Zijin adquiriria a totalidade das ações por C\$ 44 por ação, ante a inexistência de probabilidade razoável de implementação das condições até a outside date. A operação já contava com aprovação sob o Investment Canada Act - ICA, clearances

da ECOWAS e da COMESA e aprovação de 99,54% dos votos em assembleia. Na mesma data, as partes celebraram subscription agreement pelo qual a Zijin subscreverá, em colocação privada, cerca de 12,8 milhões de ações a C\$ 32,55 — totalizando aproximadamente US\$ 295 milhões e 9,2% do capital —, com direitos de participação e de top-up, sujeito à aprovação da TSX e da NYSE, com fechamento previsto para 10 de agosto de 2026.

G Mining Ventures e G2 Goldfields: aquisição com cisão simultânea da G3 Goldfields

Em 29 de julho de 2026, a G Mining Ventures Corp. (TSX: GMIN) concluiu plano de arranjo, sob o Canada Business Corporations Act, pelo qual adquiriu a totalidade das ações da G2 Goldfields Inc., simultaneamente à cisão da G3 Goldfields Inc. A adquirente opera, no

Brasil, a Mina Tocantinzinho, em Itaituba (PA), e é titular do Projeto Gurupi (MA) — de modo que o ganho de escala e a ampliação da base acionária repercutem sobre sua capacidade de investimento nos ativos brasileiros.

Equinox Gold e Orla Mining: conclusão da combinação de negócios

Em 31 de julho de 2026, a Equinox Gold Corp. (TSX/NYSE American: EQX) e a Orla Mining Ltd. concluíram a combinação de negócios aprovada pelos acionistas de ambas as companhias em 22 de julho de 2026. A companhia resultante projeta produção anual aproximada de 1,1 milhão de onças de ouro, com trajetória indicada superior a 1,9 milhão de onças à medida que sejam desenvolvidos os projetos norte-americanos. Ross Beaty deixou a

presidência do conselho de administração, na qualidade de chairman emeritus e conselheiro especial, e foi anunciada sucessão planejada na diretoria executiva. As ações da Orla serão deslistadas da TSX e da NYSE American, com pedido de cessação da condição de reporting issuer. O guidance consolidado será divulgado com os resultados do 2º trimestre, em 5 de agosto de 2026.



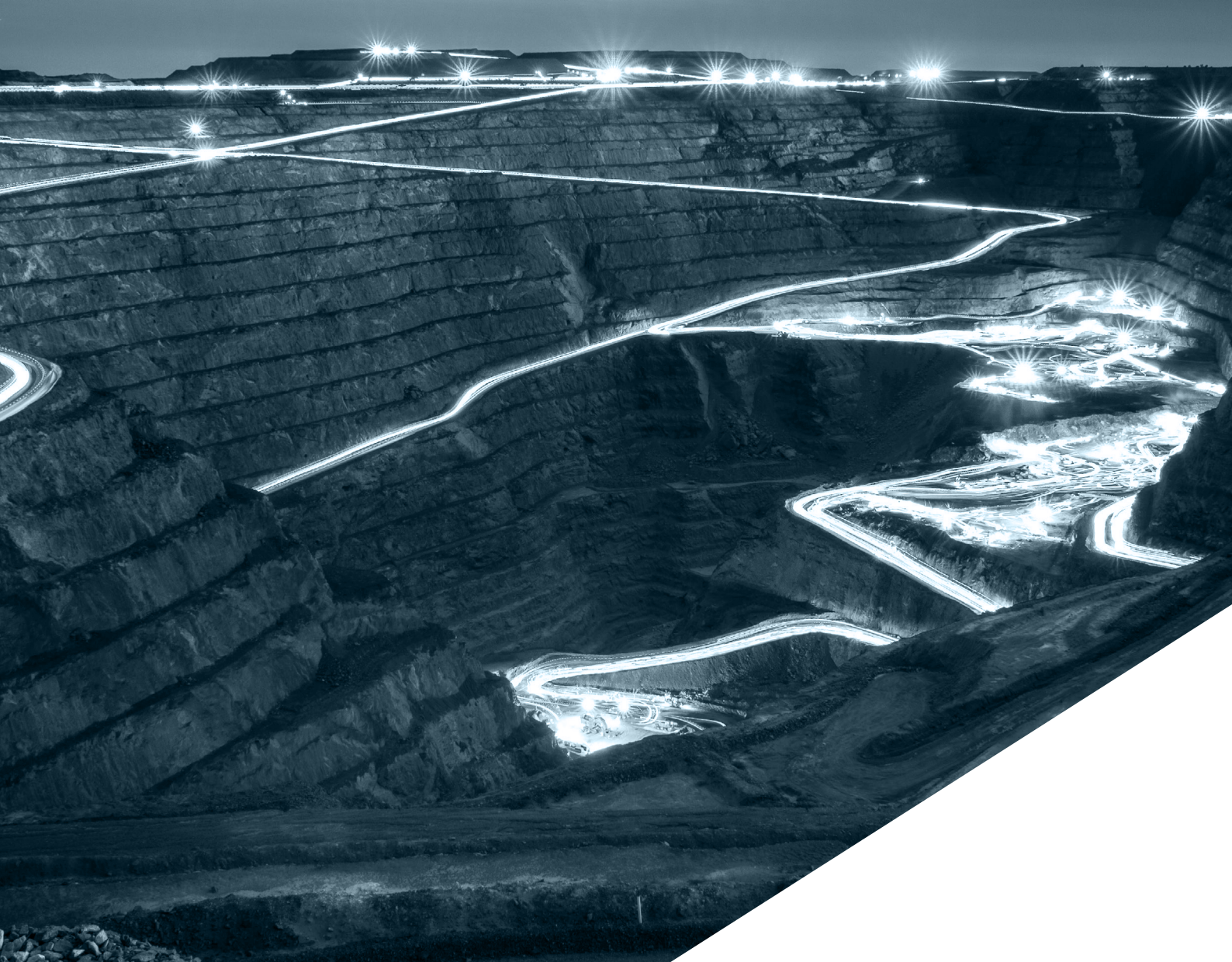
Helius Energy e Colossus Brazil: Projeto Serra Pelada (PA)

No curso de julho de 2026, a australiana Helius confirmou o exercício da opção de compra do controle das subsidiárias brasileiras da Colossus, titulares do Projeto Serra Pelada, em Curionópolis (PA), com cronograma contratual de fechamento até 31 de julho de 2026, sujeito às prorrogações admitidas no Acordo Definitivo. Até o encerramento desta edição não havia comunicado de conclusão da operação. A adquirente informou ter cumprido as exigências da captação privada concluída em fevereiro de 2026, que levantou aproximadamente US\$ 39,9 milhões. Os trabalhos concentram-se na resolução de passivos remanescentes e no atendimento das exigências da ANM para obtenção da concessão de lavra.

Mercado de capitais — TSX e TSX Venture Exchange (2º trimestre de 2026)

Indicadores do principal mercado de capitais mineral do mundo, úteis como parâmetro do debate nacional sobre financiamento da pesquisa mineral.

Indicador (posição em 30/06/2026)	TSX	TSXV	Total
Emissores do setor de mineração	183	896	1.079
Capitalização de mercado (C\$)	1,1 trilhão	82 bilhões	aprox. 1,1 trilhão
Novas listagens (exclui graduações)	8	28	36
Capital próprio captado (C\$)	3,6 bilhões	5,5 bilhões	9,1 bilhões
Número de operações de captação	66	684	750



Responsáveis pelo boletim

- Ⓔ Oswaldo Dalla Torre
- Ⓔ Vinícius Gonçalves Villa Alvarez

Contribuíram para o conteúdo

- Ⓔ Theo De Miranda Linhares
- Ⓔ Elias Giovanini
- Ⓔ Felipe Kachani Bisker

Esta edição considera fatos ocorridos entre 1º e 31 de julho de 2026, excetuados os indicadores da TSX e da TSX Venture Exchange, referentes ao 2º trimestre de 2026 (posição em 30/06/2026).